FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

F P A Conjuntura

09
agosto de 2013



Guilherme Mello
Jorge Mattoso
Reginaldo Moraes
Valter Pomar

Expediente

Esta é uma publicação da Fundação Perseu Abramo.

Diretoria Executiva

Presidente
Marcio Pochmann

Vice-Presidenta
Iole Ilíada

Diretoras
Ariane Leitão, Fátima Cleide

Diretores
Artur Henrique, Joaquim Soriano

Conselho Curador
Hamilton Pereira (presidente), André Singer, Eliezer Pacheco, Elói Pietá, Emiliano José, Fernando Ferro, Flávio, Jorge Rodrigues, Gilney Viana, Gleber Naime, Helena Abramo, João Motta, José Celestino Lourenço, Maria Aparecida Perez, Maria Celeste de Souza da Silva, Nalu Faria, Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Pedro Eugênio, Raimunda Monteiro, Regina Novaes, Ricardo de Azevedo, Selma Rocha, Severine Macedo, Valmir Assunção

Sumário

Apresentação 04

Juros, inflação e crescimento: relações conflituosas, Jorge Mattoso e Guilherme Mello 05

Educação Superior no Brasil, alguns dados, gargalos e especulações sobre alternativas, Reginaldo Moraes 09

Muito trabalho pela frente, Valter Pomar 14

Apresentação

FPA Conjuntura traz na edição nº 9, de agosto de 2013, as análises de quatro membros do Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo sobre as mudanças na educação superior, na economia e nas relações regionais com os países do América Latina e Caribe.

Os economistas Guilherme Mello, doutorando na Unicamp e assessor da Secretaria Geral do PT; e Jorge Mattoso, consultor, que foi professor da Unicamp, presidente da Caixa Econômica Federal e secretário municipal em São Paulo e São Bernardo do Campo, analisam um Brasil que, ao longo de muitas décadas, caracterizou-se por ter elevada inflação, chegando nos anos 1980 e 1990 a uma verdadeira hiperinflação, o que fortaleceu o rentismo, favorecendo uma maior desigualdade da renda e a elevação dos juros.

No ensaio, a seguir, os economistas comentam como esse cenário foi alterado a partir do governo Lula, quando as taxas de juros superavam os 20% a.a e em 2011 ficam próximas de 10%; e que se seguiu no governo Dilma. Os economistas abordam alguns dos impactos dessa aposta.

Sobre a educação superior no Brasil, o cientista político da Unicamp, Reginaldo Moraes, avalia o alcance de políticas como ProUni e Reuni, a partir dos dados do mais recente Censo do Ensino Superior (2011), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Moraes apresenta uma interpretação da política existente e analisa os prós e contras de um sistema de educação superior que é composto por aproximadamente 2.400 instituições.

Já o dirigente do Partido dos Trabalhadores, Valter Pomar, secretário executivo do Foro de São Paulo, faz um balanço do XIX encontro do organismo de partidos e movimentos de esquerda da América Latina e Caribe, ocorrido recentemente em São Paulo. No texto, uma versão ampliada do conteúdo publicado pela revista eletrônica Teoria e Debate, Pomar aborda os objetivos do encontro – caminhos para aprofundar as mudanças e acelerar a integração na região latino-americana e caribenha. Também um histórico do Foro, que tem no PT um de seus principais criadores; o compartilhamento de experiências possibilitadas no encontro e o que se avizinha para o futuro.

Juros, inflação e crescimento: relações conflituosas

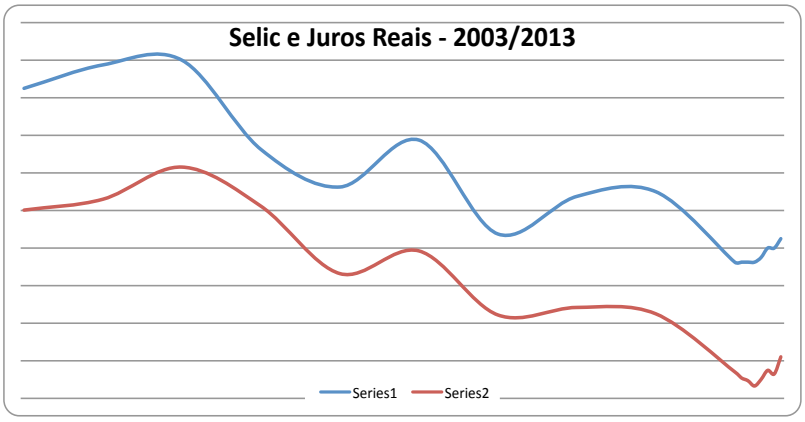
Jorge Mattoso e Guilherme Mello

O Brasil, ao longo de muitas décadas, caracterizou-se por ter elevada inflação, chegando nos anos 1980 e 1990 a uma verdadeira hiperinflação. A inflação descontrolada e a crescente indexação favoreceram o fortalecimento do rentismo, a maior desigualdade da renda e a elevação dos juros.

No entanto, mesmo com a fase de relativa estabilidade de preços iniciada em 1995, o Banco Central manteve a taxa básica de juros (Selic) em níveis elevados e o país continuou alcançando recordes mundiais em termos de taxa de juros reais. Inicialmente, os juros elevados foram utilizados para atrair capitais externos e ancorar o câmbio, peça fundamental do programa de estabilização da época. Posteriormente, logo após a crise no balanço de pagamentos e o fim do regime de câmbio fixo em 1999, foi inaugurado o período do chamado "tripé macroeconômico", onde os juros passam a servir como mecanismo de controle da oferta de crédito e, portanto, da demanda e da inflação. Na realidade, mesmo com a adoção do regime de câmbio flutuante, o principal mecanismo de transmissão da política monetária para os preços permaneceu sendo a taxa de câmbio, mantida em patamares valorizados em quase todo o período (excetuando-se os momentos de crise) desde 1994. Com o ataque especulativo, ocorrido em 2002, e o descontrole macroeconômico então observado, os juros alcançaram novos patamares, chegando a registrar valores maiores que 25% ao ano.

Apesar do inovador crescimento econômico com distribuição de renda e da redução dos juros verificadas ao longo dos governos Lula (que iniciou seu governo com taxas acima de 20% a.a e o finalizou com taxas próximas a 10%), a taxa básica de juros seguia elevada em comparação ao resto do mundo no início de 2011, ocasionando um gasto desmedido com o pagamento de juros sobre a dívida pública. Porém, ao contrário dos últimos anos do governo FHC, a inflação desde 2004 esteve sob controle e dentro dos limites estabelecidos pelo sistema de metas inflacionárias.

Mês	Taxa	Taxa Básica
	Selic	Juros Reais
Dec-03	16.5	10.02
Dec-04	17.75	10.6
Dec-05	18	12.31
Dec-06	13.25	10.23
Dec-07	11.25	6.64
Dec-08	13.75	7.85
Dec-09	8.75	4.44
Dec-10	10.75	4.84
Dec-11	11	4.5
Dec-12	7.25	1.41
Jan-13	7.25	1.09
Feb-13	7.25	0.94
Mar-13	7.25	0.66
Apr-13	7.5	1.01
May-13	8	1.49
Jun-13	8	1.3
Jul-13	8.5	2.21



O governo da presidenta Dilma, desde o início, demonstrou preocupação em reduzir a taxa de juros e evitar a excessiva apreciação da moeda nacional, ambos tendendo a comprometer o crescimento econômico e a competitividade internacional da economia, sobretudo da indústria. Com o agravamento da crise internacional e a ameaça elevada ao crescimento da economia, o BC começou, por um lado, a reduzir a Selic em agosto de 2011 e atingiu uma taxa básica de juros de 7,5% em outubro de 2012. Por outro lado, o governo adotou uma política fiscal mais expansionista, comprometida não apenas com a ampliação do consumo (com redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), seguindo o exemplo da política fiscal na saída da crise de 2009), mas principalmente com a redução dos custos de produção e dos tributos, parte da agenda de retomada da competitividade adotada pelo governo.

No entanto, a situação mostrou-se mais difícil do que a originalmente prevista. A reação do rentismo à queda dos juros foi bem mais intensa do que aquela anteriormente mais exclusiva dos bancos, agora gerando uma ampla aliança entre o sistema financeiro, determinadas empresas produtivas e pessoas físicas de mais alta renda, que viram reduzir seus ganhos não operacionais e rendas mensais ainda baseadas nos juros. Também a crise internacional foi mais profunda e de duração mais longa do que o previsto gerando acentuadas oscilações nos preços das commodities, volatilidade nos mercados financeiros

e ampliação da saída de capitais de países emergentes. E em paralelo ocorreram choques desfavoráveis em alguns preços agrícolas e aceleração da inflação dos serviços, que elevaram o IPCA acumulado em 12 meses e reduziram ainda mais a taxa de juros real, aproximando-a da casa do 1% ao ano.

Desta forma, em meio a uma ampliada reação rentista – e, talvez por isso mesmo - em 2012 ampliou-se a desconfiança, freou-se o investimento, o crescimento econômico foi menor do que o pretendido e a inflação foi maior, mesmo que determinada, sobretudo, por fatores climáticos (alimentos) e serviços, mas gerando uma pressão adicional à elevação dos juros. Aliado a este cenário de pressão interna, a ameaça de reversão da política monetária acomodatícia nos EUA (marcada pelo *Quantitative Easing* e pelas taxas de juros baixas) elevou o prêmio pago pelos títulos longos do tesouro norte-americano, provocando uma fuga de capitais do resto do mundo (particularmente dos países emergentes) para aquele país e desvalorizando as moedas nacionais, o que contribui para a ampliação das pressões inflacionárias e exerce pressão sobre o Banco Central para a reconstituição dos prêmios dos títulos públicos.

As pressões surtiram efeito e, a partir de abril de 2013, a taxa básica de juros se elevou de 7,25% (a menor de nossa história) e alcançou 8,5% em julho. Esta elevação dos juros ocorreu (e possivelmente continuará ocorrendo) ainda que a inflação estivesse em queda mensal desde fevereiro, alcançando em julho a estabilidade e o menor valor mensal em três anos (0,03%) e tivesse desde junho retornado em 12 meses aos limites das metas pré-determinadas pela política de controle da inflação do governo. Em grande medida, elas servem como um mecanismo de coordenação e controle das expectativas do mercado (que a cada dia gritam por mais juros e maior superavit fiscal, independente das ações do governo e dos dados de inflação claramente cadentes) e para garantir a entrada de recursos externos, de modo a não pressionar excessivamente a taxa de câmbio rumo a uma rápida desvalorização.

Até agora esta elevação dos juros em termos reais foi relativamente pequena (praticamente de 1%, situando atualmente a taxa real de juros em cerca de 2,5%), mas voltou a posicionar a taxa nominal de juros brasileira entre as mais elevadas do mundo. No caso atual, a elevação das taxas Selic e dos juros reais deverá ter seus efeitos maiores sobre o câmbio (por favorecer o ingresso de recursos externos) do que sobre a inflação (que já está em queda e que esta não é de demanda) e o crescimento. Uma desvalorização mais controlada do real, derivada da atração de capitais pelo diferencial de juros, impedirá a ocorrência de maiores pressões inflacionárias (que reduziriam ainda mais os juros reais, exigindo maiores elevações da Selic) e permitirá uma transição mais suave na composição de nossa estrutura produtiva, reduzindo gradualmente o peso das importações e influenciando positivamente a competitividade da indústria nacional a médio/longo prazos. O aspecto negativo fica por conta da elevação do custo de oportunidade para novos investimentos e da elevação marginal dos gastos do governo com juros da dívida.

A nosso ver, porém, a dinâmica do crescimento econômico estará mais sujeita ao desempenho dos investimentos, ao consumo das famílias e à retomada da atividade econômica internacional. Os juros, que mesmo com a recente elevação permanecerão em patamares historicamente baixos para a realidade brasileira, não serão o único, tampouco o mais importante fator a afetar nosso ritmo futuro de crescimento. Outros fatores internos, como o aumento na confiança dos consumidores (derivado da inflação cadente), os crescimentos da renda, do emprego e do consumo, aliados à necessária retomada da confiança e dos investimentos dos investidores privados, podem se mostrar mais decisivos para a retomada do crescimento do que apenas as variações na taxa Selic. Fatores externos também devem ter papel central, particularmente para o estabelecimento de um novo patamar para a taxa de câmbio e para a dinâmica de nossa balança comercial. Neste sentido, é revigorante a retomada do crescimento econômico nos EUA e os primeiros sinais de fim da recessão na Europa.

O crescimento da economia dos Estados Unidos ganhou novo ritmo entre abril e junho. Houve expansão de 1,7% (contra 1,1% entre janeiro e março) a uma taxa anualizada no período, com ampliação dos investimentos e menor corte de gastos públicos. Na Europa, a maioria dos países pressiona a Alemanha para reduzir as medidas de austeridade e já se observam sinais que permitem supor uma lenta saída do fundo do poço no segundo semestre: a taxa de desemprego na União Europeia diminuiu de 11% em maio para 10,9% em junho, a primeira queda desde janeiro de 2011 (segundo a *Eurostat*), e a Espanha, um dos países europeus mais afetados pela crise, apresentou indícios de que interrompeu a queda livre no 2º trimestre, iniciando uma lenta retomada da atividade econômica.

Com uma taxa de câmbio mais desvalorizada, uma inflação cadente, menores custos energéticos e tributários, juros mais baixos (mesmo que não tão baixos quanto em 2012) e a recuperação de algumas das principais economias internacionais, é possível que o país volte ao rumo do crescimento econômico mais acelerado em breve, ainda que para isso seja indispensável o maior investimento de longo prazo, seja por meio do aumento dos investimentos públicos nas áreas sociais e de infraestrutura, seja pela viabilização de investimentos público-privados, que podem servir a um novo pacto de confiança entre o governo e os investidores produtivos nacionais.

Jorge Mattoso é economista e consultor. Foi professor da Universidade de Campinas (Unicamp), presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) e secretário municipal em São Paulo e São Bernardo do Campo

Guilherme Mello é doutor em economia pela Universidade de Campinas (Unicamp) e assessor do Diretório Nacional do PT

Educação Superior no Brasil, alguns dados, gargalos e especulações sobre alternativas.

Reginaldo Moraes

Os dados do mais recente Censo do Ensino Superior (2011), disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), revelam alguns traços que devem ser analisados para pensar qual a política que temos tido para esse campo e o que podemos e devemos mudar. Aqui vão algumas notas.

O sistema é composto por aproximadamente 2.400 instituições, assim classificadas, do ponto de vista da administração e do controle:

Instituições	Nº
Total	2.365
Federal	103
Estadual	110
Municipal	71
Privada	2.081

As escolas privadas não são apenas mais numerosas, são também as que mais agregam estudantes, como vemos a seguir:

Matrículas na graduação	Nº	%
Total	6.739.689	-
Pública	1.773.315	26
Federal	1.032.936	15
Estadual	619.354	9
Municipal	121.025	2
Privada	4.966.374	74

Também é relevante verificar a relação entre ingressantes (calouros e calouras) e concluintes (formandos e formandas). As taxas variam entre os diferentes tipos de instituição e é bom especular sobre as razões.

	Concluintes	%	Ingressantes	%	Conc/ingr
Total	1.016.713		2.346.695		0,43
Pública	218.365	21,5	490.680	20,9	0,44
Federal	111.157	10,9	308.504	13,1	0,36
Estadual	87.886	8,6	146.049	6,2	0,60
Municipal	19.322	1,9	36.127	1,5	0,53
Privada	798.348	78,5	1.856.015	79,1	0,43

A taxa de conclusão nas escolas privadas parece ser tão alta quanto nas escolas públicas. E, nestas últimas, as que menos 'graduam' são as federais. Necessário dizer, por outro lado, que a relação inscritos/ingressantes, nas federais, é algo próximo de 12/1 e nas escolas privadas é de 2,5/1. Nas escolas federais, os estudantes têm muito mais dificuldade de ingressar, mas, em média, levam mais tempo para concluir. Para as escolas privadas, é crucial ter um contingente alto de ingressantes, todo ano, para compensar a alta taxa de evasão logo ao final do primeiro ano. "Saem" 800 mil clientes por efeito da conclusão do curso, talvez uns outros tantos por desistência - e entram outros 1,8 milhão para suprir o caixa. Como sabemos, por princípio constitucional, as escolas públicas não são pagas, com exceção das municipais, um contingente muito pequeno. Para elas, este cálculo não tem muito efeito prático – elas podem conviver com evasão, abstenção, alongamento do ciclo de conclusão, etc. Aparentemente, isso não tem maiores consequências, pelo menos no curto prazo.

Outro elemento que diferencia as escolas públicas e privadas é o predomínio, no setor público, da forma 'universidade'. No setor privado, a faculdade isolada tem um peso significativo:

Matrículas graduação	Universidades	Faculdades isoladas
Federais	90%	(basicamente, são os CEFETs)
Estaduais	89%	10%
Municipais	46%	42%
Privadas	42%	39%

O número de vagas configura traço também muitíssimo importante que demarca a diferença entre os dois campos, público e privado. O setor público – e principalmente as federais – tem uma proporção bem menor de vagas e matrículas no período noturno. Vejamos os dados:

Matrículas	Diurno	Noturno	Total
Federal	651.324	275.762	927.086
Estadual	307.941	240.261	548.202
Municipal	28.546	91.557	120.103
Privada	1.113.972	3.037.399	4.151.371

Em suma, temos um sistema que é, de fato, dual: um segmento público altamente seletivo e um setor privado 'massificado'.

O que se pode especular, a partir desses dados?

Esses dados permitem dizer, talvez com algum exagero, que estudante que trabalha, em geral, não tem lugar nas universidades federais. E que a expansão para o andar de baixo da sociedade, se quisesse ser rápida, teria que passar pelo setor privado. Essa talvez seja uma das motivações do Programa Universidade para Todos (ProUni), além de disciplinar a regulamentação das isenções fiscais garantidas pela Constituição de 1988, regulamentação sempre adiada pela bancada privatista no Congresso. De passagem, mas não menos importante: o ProUni e a expansão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) têm um efeito nada desprezível para o setor privado: tornam mais previsível o cálculo econômico, estabilizando em certa medida a evasão e a inadimplência. Isto pode ser bom para o estudante, certamente é, mas é melhor ainda para o empresário do ramo.

Vale lembrar que o governo Lula tentou uma certa regulamentação do setor, por meio de um projeto de reforma do ensino superior, rechaçado pelos interesses privatistas, pela organização sindical dos professores das universidades federais e pelos pequenos partidos ditos de extrema-esquerda. O projeto está engavetado em algum canto do Congresso e, aparentemente, de lá não sairá. Por outro lado, indiretamente, esses programas (ProUni e ampliação e modificação do Fies) tiveram um efeito direcionador que deve se prolongar e, talvez, firmar uma espécie de regulação indireta. Eles, em certa medida, induzem uma 'empresarialização' das escolas. Dois efeitos daí resultam: por um lado, as escolas parecem estabilizar-se e concentrar-se, tornando-se um grupo de interesses pressionando o governo; por outro, o governo ganha instrumentos para intervir no direcionamento das escolas. Ainda é cedo para dizer quais dessas tendências serão mais fortes – inclusive porque dependem das políticas dos envolvidos (proprietários, estudantes, professores, agentes do poder público).

Para especular sobre futuro e implicações dos programas, peço algum tempo ao leitor para comentar o ProUni, programa que tem pelo menos um similar estrangeiro, nos Estados Unidos. Vale a pena resumir essa história. Em 1944, antevendo dificuldades com a desmobilização do pós-guerra, Roosevelt encarregou seus auxiliares de pensar num programa para reinserção dos veteranos, o que incluía não apenas soldados do front, mas também da retaguarda, da logística, etc. Uma massa de prováveis 'desocupados' estimada em algo próximo de 15 milhões de pessoas. O plano, conhecido como GI Bill, concedia uma bolsa de três anos, suficiente para pagar uma escola superior ou técnica e, ainda, alguns outros benefícios ligados à moradia e subsistência. Contemplou nada menos que 2,2 milhões de beneficiários no ensino superior e outros 5,5 milhões em cursos de nível médio ou vocacional. Em 1949, metade dos estudantes de ensino superior era bolsista desse programa, que foi reeditado por ocasião de outras guerras (Coréia, Vietnã etc). Detalhe importante: o ensino superior americano é sempre pago pelo estudante, mesmo nas escolas públicas. E as escolas privadas são predominantemente instituições sem fins lucrativos, muitas delas de origem confessional. O bolsista escolhia a escola e a escola "disputava" bolsistas. Por isso, um programa como esse também fazia sentido para as escolas públicas, já que também cobravam anuidades. No nosso caso, não faz muito sentido falar em um ProUni para as escolas públicas – tem que ser outro tipo de programa. E as escolas americanas foram induzidas a se preparar para este novo público, adulto e há longo tempo distante dos bancos escolares. O reitor de Harvard, James Connan foi um dos grandes críticos do programa, no seu início, julgando que iria mediocrizar a universidade. Mais tarde, escreveu que os veteranos eram "os mais maduros e promissores estudantes que Harvard já teve". Outro tipo de bolsa, para alunos de baixa renda, foi criado nos anos 1960 e ampliado nos 1970, o programa conhecido como Pell Grant. Esses programas (recursos federais enormes) massificaram o ensino superior americano, público ou privado.

Voltemos ao caso brasileiro. Além do ProUni, havia um outro caminho para a expansão da oferta em direção aos setores populares, um caminho mais demorado, mas, também, provavelmente mais estruturante: mudar bastante o perfil das federais. Para isso, seria necessário encontrar algum modo de reduzir a forte resistência das escolas – ou de parte influente de seus professores, dirigentes e... dos alunos já "incluídos" e suas organizações. As federais teriam que ser persuadidas a oferecer curso noturno, por exemplo. Ou a instalar unidades 'satélites' fora do campus principal. Daí, talvez, a estratégia do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), expansão condicionada a esse tipo de diferencial: oferta de cursos com novo perfil, fora das sedes e câmpus principais, e no período noturno.

Além disso, a meu ver, seriam necessárias alterações ainda mais profundas, alterações que implicam recursos, mas, também, uma complexa reengenharia das instalações, da logística e dos cursos. E aqui volto a outro exemplo, bem sucedido dos ianques, os *community colleges*, que oferecem cursos de dois anos (com uma espécie de diploma de primeiro ciclo, o *associate degree*) e permitem, ainda que com dificuldade, uma

transferência para continuar cursos mais longos em outras escolas. Pode-se dizer que um americano tem uma escola como essa, no máximo a 50 minutos de sua casa. Além disso, muitos desses *colleges* e algumas universidades estaduais criaram câmpus auxiliares em diversas cidades, unidades menores e que ofereciam apenas essa fase inicial (um *college júnior*), permitindo ao estudante candidatar-se a uma transferência para a escola maior e seguir em estudos mais ambiciosos. As unidades auxiliares dos *community colleges* eram, com frequência, instaladas em locais "inesperados": antigos galpões de manufatura ou comércio, reformados; salas de *shopping-centers* ou de edifícios de escritórios etc. E operavam num regime intenso, quase de 24 horas por 7 dias semanais, como lojas de conveniência. E o termo "conveniência" não é de modo algum descabido. Seu princípio era este: se o estudante tem dificuldade em chegar à escola, a escola tem que chegar até ele e adequar-se a sua agenda de trabalho. Há diversas formas de articulação entre *community colleges* e universidades, desenhadas pelos diferentes estados da federação – não entrarei em mais detalhes para não cansar o leitor nem desviar o assunto1. Serve apenas para sugerir o tamanho da encrenca que temos pela frente se queremos democratizar o acesso à educação e, além disso, garantir o sucesso do ingressante.

Não vamos aqui desenvolver este último tema – políticas de auxílio à permanência do estudante na escola, que melhorem seu rendimento, etc. Mas, ele é essencial e voltará em artigo futuro.

De qualquer modo, estratégias de ampliação e aperfeiçoamento desse tipo implicam em uma reinvenção muito ampla, de estruturas, cursos, carreiras, de vontades e disposições. A primeira regra que deveríamos ter é: limitar as regras, ou seja, forçar a imaginação, inclusive com esse uso de analogias com experiências de outros países, levando em conta seus sucessos bem como seus problemas e fracassos.

Reginaldo Moraes é professor de Ciência Política na Universidade de Campinas – Unicamp.

Quem tiver interesse no experimento americano, pode ler os detalhados relatórios de pesquisa disponíveis em www.usa-educ.com. Agradeço

Muito trabalho pela frente

Valter Pomar

Entre os dias 29 de julho e 4 de agosto de 2013, a capital paulistana recebeu o XIX Encontro do Foro de São Paulo, para debater como aprofundar as mudanças e acelerar a integração na região latino-americana e caribenha. Antes, o Brasil já recebera o Foro em três outras ocasiões: 1990, 1997 e 2005.

O XIX Encontro foi organizado por partidos brasileiros que integram o Foro de São Paulo: o Partido dos Trabalhadores, o PC do B, o PSB, o PDT, o PPL e o PCB.

Formalmente, o PPS também é integrante do Foro de São Paulo, mas o último Encontro de que participou foi em 2010, em Buenos Aires.

Vale dizer, também, que o PCB divulgou um documento, assinado por seu Comitê Central, acusando o Foro de estar hegemonizado pelo reformismo. Quanto ao PSB e PDT, participaram com baixo perfil das atividades. Quem mais se empenhou, na organização e/ou na mobilização, foram o PT, o PCdoB e o PPL.

O XIX Encontro do Foro foi o primeiro realizado depois da morte do presidente venezuelano Hugo Chávez e da eleição de seu sucessor, Nicolas Maduro. Dois episódios que deixaram claro, para os que resistiam a perceber e reconhecer, que estamos em uma nova etapa política na região, marcada principalmente pela contraofensiva da direita local, apoiada por seus aliados nos Estados Unidos e Europa.

Para derrotar esta contraofensiva da direita, não bastam medidas táticas: é necessário, também, um salto de qualidade no processo de mudanças em cada país e também no processo de integração regional.

Isto se faz necessário e urgente porque, além da contraofensiva da direita, vivemos o esgotamento do “padrão” que caracterizou a primeira etapa do ciclo progressista e de esquerda.

Esta primeira etapa se estendeu das eleições de Chávez e de Lula (1998-2002), até a eclosão da crise internacional e a posse de Obama (2008).

A partir de então, entramos em outra etapa, na qual estamos hoje, marcada exatamente pela combinação entre a crise internacional, a contraofensiva da direita e o esgotamento daquele “padrão”, que basicamente consiste em redirecionar também para os setores populares a renda e a riqueza geradas em nossas sociedades.

Este redirecionamento foi possível de fazer, por algum tempo e com algum nível de êxito, como demonstra a comparação entre os indicadores desta etapa vis a vis o período neoliberal antecedente, em qualquer dos países governados pelas forças progressistas e de esquerda.

Ocorre que a organização política, social e econômica capitalista hegemônica em nossa região não permite --especialmente num contexto de crise internacional-- a ampliação continuada da igualdade, da democracia, da soberania e da integração regional.

É por isto que, à medida que o tempo passa, tende a diminuir o ritmo e a qualidade das "mudanças", reafirmando-se as determinantes do status quo: a dependência, a democracia restrita e a desigualdade. A crise internacional não causou, mas certamente acelerou esta tendência ao esgotamento do padrão.

Por isto, falar em continuar as mudanças exige mudança de padrão. É isto que nos leva a falar da necessidade urgente de realizar reformas estruturais em nossas sociedades, que nos permitam ampliar qualitativa e rapidamente a produtividade social, o bem-estar, a democracia política e a integração regional. E a "sustentabilidade" destas reformas estruturais depende, em boa medida, da integração regional.

Destaco que a necessidade de mudança de padrão também se aplica para países como a Venezuela, altamente dependente da produção e comercialização do petróleo, o que é insuficiente frente às necessidades econômicas, sociais, políticas e militares da República Bolivariana.

O XIX Encontrou ocorreu logo depois da visita do papa Francisco ao Brasil. Os governantes da região comemoraram um papa de nacionalidade argentina. E setores da esquerda regional chegam a alimentar expectativas positivas, o que é compreensível se lembrarmos do papa anterior.

Mas há, também, setores muito preocupados, por três motivos: primeiro, devido ao papel da Igreja católica durante a ditadura militar argentina; segundo, devido ao papel jogado por outro papa no combate ao socialismo, tal como existia no Leste Europeu; terceiro, devido à crescente influência dos conservadores no interior da Igreja Católica.

Ao reforçar estes motivos de preocupação, recordo o papel da Democracia Cristã no pós-Segunda Guerra, para neutralizar e combater a esquerda socialdemocrata e comunista em vários países europeus.

Durante o XIX Encontro, também foi muito discutido o processo de mobilização social ocorrido no Brasil no mês de junho, seus impactos presentes e futuros.

Havia uma grande curiosidade a respeito, especialmente por parte daqueles que ainda analisam a política regional em termos de "duas esquerdas". Vale dizer que um dos ensinamentos que se pode extrair das mobilizações de junho é que a direita brasileira, bem como a venezuelana, disputa a mídia, as urnas e agora também as ruas conosco. E que as esquerdas, apesar das diferenças existentes entre os vários países da região, enfrentam alguns dilemas muito semelhantes.

Sobre a integração regional, ficou claro mais uma vez tratar-se de um processo em disputa.

Primeiro, disputa contra o imperialismo, que deseja uma integração subalterna às metrópoles, como no projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Segundo, disputa contra a grande burguesia, que deseja uma integração focada nos mercados e no lucro de curto prazo, o que levaria a uma integração que aprofundaria as disparidades regionais e sociais, e por sua vez acabaria nos levando a uma integração subalterna aos gringos.

Terceiro, existe ainda a disputa, no campo progressista e de esquerda, entre diferentes ritmos e vias de desenvolvimento e integração. Um de nossos desafios é, precisamente, evitar que estas diferenças convertam-se em antagonismos -- o que até agora temos conseguido.

A integração é, portanto, um processo “a quente”, no curso do qual a esquerda precisa operar, simultaneamente, no plano político, econômico e cultural. Para isto, os governos são fundamentais, mas insuficientes. Os partidos, assim como os movimentos sociais e o mundo da cultura são essenciais.

Outro dos desafios da integração, para além daqueles provocados pelo imperialismo estadounidense e europeu, pelos governos de direita e pelas burguesias locais, é a relação com a China, especialmente neste momento de inflexão em direção ao seu mercado interno.

Esta inflexão pode ter vários efeitos colaterais, entre os quais nos fazer voltar ao “estado normal” de economias dependentes, vítimas de desigualdade crescente nos termos de troca entre produtos de baixo e de alto valor agregado. Risco ao qual devemos responder, não reforçando o reclamo anti-China estimulado pelas “viúvas” dos EUA, mas sim optando para valer por um ciclo de desenvolvimento econômico interno e regional, impulsionado pelo Estado e baseado na ampliação de infraestruturas, políticas universais e capacidade de consumo, caminho para o que já foi dito antes: a ampliação qualitativa, rápida e “sustentável” da produtividade social, do bem-estar, da democracia política e da integração regional.

Observando de conjunto a situação, constata-se um acirramento da luta de classes na região, um acirramento no conflito entre alguns países da região, bem como um acirramento de nossa relação com as potências imperialistas.

O que foi descrito até agora tem como pano de fundo o deslocamento do centro geopolítico do mundo, do Ocidente em direção ao Oriente; o declínio da hegemonia dos Estados Unidos; e a crise internacional do capitalismo.

Trata-se de processos em curso, de desfecho incerto e que ainda podem ser revertidos

em favor das classes sociais e dos Estados que hegemonizaram o mundo no período neoliberal.

Independente do desfecho, as três variáveis citadas criam um ambiente de instabilidade e crises, sociais, políticas e militares. O que conduz à formação de blocos regionais, inclusive enquanto instrumentos de proteção.

Este é, precisamente, o divisor de águas no continente americano: o conflito entre dois grandes projetos de integração regional. Por um lado o projeto de integração subordinada aos Estados Unidos, simbolizado pela Alca; por outro lado, o projeto de integração autônoma, simbolizado pela Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac).

O projeto de integração autônomo não é, em si, socialista. Mas a integração é uma condição fundamental para o sucesso econômico e político de uma transição socialista.

A integração permite limitar as ações que o imperialismo e as classes dominantes de cada país promovem, de maneira permanente, contra a esquerda latino-americana.

A integração, por outro lado, cria a “economia de escala” e a “sinergia” indispensáveis para superar as limitações materiais, produtivas, econômicas, que dificultam a transição socialista em cada país da região.

Desde 1998, as forças favoráveis a uma integração autônoma da região conquistaram eleições em importantes países da região. Mas a partir de 2008, como já dissemos, começou uma contraofensiva das forças favoráveis à integração subordinada aos Estados Unidos.

Hoje vivemos uma situação de “equilíbrio relativo” entre os dois projetos de integração (autônoma e subordinada).

Politicamente, uma situação de equilíbrio relativo pode ser favorável às forças da esquerda. Mas historicamente, uma situação de equilíbrio relativo tende a favorecer as forças que representam o status quo, pois o equilíbrio significa a continuidade da ordem hegemônica, que em nosso caso ainda é capitalista, dependente e neoliberal.

Neste sentido, é fundamental buscar caminhos para seguir avançando.

É para isto que apontam as resoluções do XIX Encontro, quando falam em aprofundar as mudanças e acelerar a integração; ou quando falamos em buscar vitórias no ciclo eleitoral que começa em novembro de 2013 (Chile e Honduras) e prossegue até dezembro de 2014 (Bolívia); ou, ainda, quando falamos de fortalecer as lutas sociais, os partidos de esquerda e os governos progressistas da região.

Entretanto, para seguir avançando há que derrotar obstáculos poderosos. Vários deles foram objeto de discussão e deliberação pelo XIX Encontro, cujas resoluções, Declaração Final e Documento base devem ser estudados com atenção.

Mas há um obstáculo que não foi adequadamente debatido, a saber, nosso deficit teórico em pelo menos três grandes temas: o balanço das tentativas de construção do socialismo no século XX; a análise do capitalismo no século XXI; e a estratégia socialista, na América Latina de hoje.

Quando falamos em deficit teórico, nos referimos simultaneamente à necessidade de superar interpretações equivocadas e à necessidade de construir interpretações novas, que sirvam como núcleo central de uma cultura socialista de massas para este século XXI.

O imaginário da esquerda latino-americana é ainda fortemente influenciado por paradigmas que certamente contribuíram muito para que chegássemos até aqui; mas que, ao mesmo tempo, criam algumas dificuldades quando se trata de enfrentar os desafios presentes e futuros.

Ainda é muito forte, entre nós, a influência de paradigmas oriundos do idealismo religioso, seja na versão cristã, seja na versão “pachamamica”. Influências que levam alguns a confundir marxismo com “machismo”, como se a, certamente, indispensável dose de “sacrifício” e “valentia” fosse suficiente para superar qualquer obstáculo.

Outras fortes influências são o movimentismo, por um lado, e por outro lado o paradigma revolucionário representado pela heroica Cuba de 1953-1959, em boa medida representada na figura do Che.

Finalmente, há uma fortíssima influência tanto do nacional-desenvolvimentismo (base para defesa de “alianças estratégicas” com setores da burguesia), quanto do socialismo de Estado (fonte de muitas das dificuldades para entender o papel do mercado na transição socialista).

A formação de uma cultura socialista de massas, bem como a construção de um programa e de uma estratégia adequados ao período histórico que vivemos, exigirá superar (no sentido dialético do termo, o que implica também em preservar num patamar distinto) estas influências.

Nesta tarefa de superação, será muito útil estudar duas experiências históricas e o debate travado a partir delas: o cercano Chile da Unidade Popular (1970-1973) e a lejana China das reformas (1978-2013).

Afinal, na América Latina e Caribe de hoje vivemos, no fundamental, experiências nas quais não se tomou o poder revolucionariamente; onde se está tentando construir um novo poder, por meio de uma complexa guerra de posições; onde é fundamental impulsionar

o desenvolvimento produtivo; mas onde também é fundamental definir a natureza deste desenvolvimento e qual o papel que o capitalismo pode e deve jogar nele.

Especificamente no caso do Chile, o aniversário dos 40 anos do golpe de Estado será uma oportunidade ímpar para discutir os caminhos para a construção do “poder popular” e da “área de propriedade social”, propostas pela Unidade Popular e que constituem temas atuais para as esquerdas agrupadas no Foro de São Paulo.

Valter Pomar é membro do Diretório Nacional do PT e secretário-executivo do Foro de São Paulo

** este texto é uma versão ampliada do conteúdo publicado pela revista eletrônica Teoria e Debate.*



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

http://www.fpabramo.org.br